

A INFLUÊNCIA DA AGÊNCIA DE CONTROLE ECONÔMICA NA ANSIEDADE DE PSICÓLOGAS(OS) CLÍNICAS(OS) RECÉM-FORMADAS(OS)

Lauren BORTOLI¹

Thiago LOURO¹

Yana LINHARES²

lbortoli@minha.fag.edu.br

thpmlouro@minha.fag.edu.br

yanalinhares@fag.edu.br

RESUMO

A ansiedade é compreendida como um conjunto de alterações comportamentais que ocorrem frente a um contexto aversivo ao indivíduo. No âmbito da Psicologia, este fenômeno é percebido em estudantes e psicólogas(os) em processo de inserção no mercado de trabalho. Sob o viés da Análise do Comportamento, o mercado de trabalho é situado em paralelo à agência de controle econômica, que implica no controle do comportamento humano via manipulação de variáveis econômicas, resultando em estímulos aversivos aos trabalhadores. Nesse contexto, buscou-se verificar se há influência da agência de controle econômica no repertório de ansiedade de psicólogas(os) clínicas(os) recém-formadas(os). O estudo consistiu-se em uma pesquisa qualitativa e de campo, de natureza básica-descritiva, fundamentada na análise funcional dos relatos verbais. A coleta dos dados ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada on-line com quatro psicólogas graduadas, recém-formadas e com um a três anos de atuação clínica. Os resultados foram organizados em categorias temáticas e revelaram que as práticas culturais, supostamente, não reforçam devidamente os comportamentos de administrar e gerenciar a atuação clínica, resultando no enfraquecimento desses repertórios. Além disso, evidenciaram-se contingências envolvidas no trabalho das psicólogas, que retratam o controle exercido pela economia. Em suma, a agência de controle econômica influencia nos repertórios comportamentais das psicólogas clínicas recém-formadas, incluindo o repertório de ansiedade. Esta influência varia de acordo com a presença de uma rede de apoio financeira e um histórico de ameaça de privação de dinheiro e de reforçadores primários, bem como de contingências de punição.

Palavras-chave: Análise do Comportamento. Ansiedade. Agência de Controle Econômica.

¹Acadêmica do 10º período de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG). E-mail: lbortoli@minha.fag.edu.br

¹Acadêmico do 10º período de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG). E-mail: thpmlouro@minha.fag.edu.br

²Psicóloga; Mestra em Análise do Comportamento (PPGAC-UEL); Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG). E-mail: yanalinhares@fag.edu.br

A INFLUÊNCIA DA AGÊNCIA DE CONTROLE ECONÔMICA NA ANSIEDADE DE PSICÓLOGAS(OS) CLÍNICAS(OS) RECÉM-FORMADAS(OS)

Lauren BORTOLI¹

Thiago LOURO¹

Yana LINHARES²

lbortoli@minha.fag.edu.br

thpmlouro@minha.fag.edu.br

yanalinhares@fag.edu.br

ABSTRACT

Anxiety is understood as a set of behavioral changes that occur in response to a context which is aversive for the individual. In the field of Psychology, this phenomenon is observed in students and psychologists in the process of entering the workforce. From the perspective of the Analysis of Behavior, the labor market is seen parallel to the economic controlling agency, which implies control of human behavior through manipulation of economic variables, resulting in aversive stimuli for workers. In this context, it was sought to verify whether there is an influence from the economic controlling agency on the anxiety repertoire of newly graduated clinical psychologists. The study consisted of qualitative field research, of basic descriptive nature, based on the functional analysis of verbal reports. Data collection took place through an online semi-structured interview with four newly graduated psychologists with one to three years of clinical practice. The results were organized into thematic categories and revealed that cultural practices, supposedly, do not properly reinforce the behavior of managing and administering clinical work, resulting in the weakening of these repertoires. Additionally, contingencies involved in the work of psychologists were evidenced, reflecting the control exerted by the economy. In summary, the economic controlling agency influences the behavioral repertoires of newly graduated clinical psychologists, including the anxiety repertoire. This influence varies according to the presence of a financial support network and to a history of threat of money and primary reinforcers deprivation, as well as punishment contingencies.

Keywords: Analysis of Behavior. Anxiety. Economic Controlling Agency.

¹Acadêmica do 10º período de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG). E-mail: lbortoli@minha.fag.edu.br

¹Acadêmico do 10º período de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG). E-mail: thpmlouro@minha.fag.edu.br

²Psicóloga; Mestra em Análise do Comportamento (PPGAC-UEL); Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Assis Gurgacz (FAG). E-mail: yanalinhares@fag.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas conduzidas a nível mundial têm indicado sistematicamente que os indivíduos emitem comportamentos considerados ansiosos. A *World Health Organization* (WHO, 2017)¹, no ano de 2017, disponibilizou um relatório de estatísticas de saúde a nível mundial, no qual o Brasil foi apontado como o país de maior prevalência de ansiedade do mundo. No respectivo material, foi evidenciado que 9,3% dos brasileiros convivem com transtornos de ansiedade, o que remete a aproximadamente 18,6 milhões de pessoas (WHO, 2017). Recentemente, em 2022, a WHO (2022) publicou um relatório mundial sobre saúde mental, apresentando novos dados sobre a ansiedade. Diante do cenário pós-pandêmico, estima-se que os transtornos de ansiedade e depressão tenham aumentado cerca de 25% no decorrer do primeiro ano da pandemia. Além disso, destaca-se, desse relatório, que 12,5% da população mundial possui diagnóstico de transtornos mentais, predominantemente de ansiedade e depressão.

O conceito de ansiedade perpassa por diferentes definições na Psicologia. Uma das correntes teóricas voltada ao estudo de temas como a ansiedade refere-se à Análise do Comportamento (COÊLHO e TOURINHO, 2008), que apresenta como objeto de estudo o comportamento dos organismos (SKINNER, 2003). Ao contrário de muitas abordagens tradicionais da Psicologia, a Análise do Comportamento distancia-se de noções internalistas e mentalistas. Tais concepções teleológicas são substituídas por um viés relacional existente entre organismo e ambiente, isto é, entre indivíduo e mundo.

De acordo com Skinner (2003), principal expoente da área, o comportamento é caracterizado como um processo mutável e multideterminado. É selecionado e mantido pelas consequências por ele produzidas, conforme o modelo de seleção por consequências. Neste modelo, Skinner (2007) ressalta que o comportamento varia e é selecionado, podendo ocorrer mediante a interação entre três níveis, sendo eles: filogênese (primeiro nível), ontogênese (segundo nível) e cultura (terceiro nível). O nível filogenético remete ao comportamento reflexo e às características anatomo-fisiológicas da espécie. A ontogênese, por outro lado, refere-se ao tempo de vida do indivíduo e a constituição do seu repertório comportamental. Este é o nível em que o comportamento é selecionado conforme o condicionamento operante ou condicionamento respondente.

¹*World Health Organization*: Organização Mundial da Saúde.

No condicionamento operante, o comportamento é selecionado pelas suas consequências. A depender da consequência, haverá uma maior probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer (consequência reforçadora) ou menor (consequência punitiva) (SKINNER, 2007). No que concerne às consequências reforçadoras, existem dois tipos citados por Skinner (2003), sendo eles: reforço positivo (consequência que aumenta a frequência do comportamento pela adição de um estímulo reforçador ao ambiente), e reforço negativo (quando há também o aumento de frequência, mas pela retirada de um estímulo aversivo do ambiente, com a fuga, ou a evitação do estímulo aversivo, com a esquiva). Já no condicionamento respondente, há o emparelhamento de um estímulo neutro a um estímulo incondicionado, o que resulta em um reflexo condicionado, isto é, a uma resposta reflexa aprendida.

Por fim, a cultura, que remete ao terceiro nível, é designada como um aglomerado de práticas culturais, sendo a união de inúmeros comportamentos operantes (ontogêneses) ocorrendo concomitantemente no âmbito de contingências sociais (SKINNER, 2007). A nível cultural, Skinner (2003) aponta que o comportamento é também moldado e controlado por padrões comportamentais apresentados por um grupo. Skinner (2003) caracteriza o controle do grupo quando duas ou mais pessoas controlam ou manipulam variáveis que apresentam efeito comum sobre o seu comportamento.

Voltando-se para o conceito de ansiedade, Skinner (2003) interpreta este fenômeno como comportamento fluxo e mutável, e não como um estado, efeito ou uma patologia interna e pré-determinada. Para o autor, a ansiedade é compreendida como uma resposta emocional resultante de uma contingência na qual um estímulo precede um contexto aversivo ao organismo. Pelo fato de abranger a relação entre variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais, a ansiedade é referida como um fenômeno de elevado grau de complexidade (BACKSCHAT e LAURENTI, 2020).

Um estudo realizado por Simões (2013) demonstrou como a ansiedade é verificada em estudantes de Psicologia e psicólogas(os) recém-formadas(os) em processo de inserção no mercado de trabalho. De acordo com o autor, essas(es) profissionais sentem-se ansiosas(os) pela imaturidade diante do seu papel e responsabilidades, ausência de preparação prática, receio em cometer erros e aflição frente o contato com a vida profissional. Do mesmo modo, Pimentel (2007) evidencia que, após a saída da faculdade, as(os) psicólogas(os) enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho, demonstrando diversos sentimentos, incluindo a ansiedade.

Sob a ótica analítico-comportamental, é possível situar o mercado de trabalho em paralelo às agências controladoras, mais especificamente à agência de controle econômica. Conforme Skinner (2003), as agências de controle são grupos mais organizados que exercem o controle sobre o comportamento humano via relação de poder e manipulação de variáveis. Dessa forma, referem-se à concentração de determinadas práticas culturais de um setor do grupo (SOUZA, 2018).

Dispondo da agência de controle econômica, destaca-se que, para Souza (2018, p. 49), “a economia nada mais é que uma reunião de dados gerados por diversas interações entre as pessoas, isto é, de milhões de pessoas em relações de compras e vendas, empréstimos, locações e realização de trabalho”. À vista disso, o comportamento de trabalhar é controlado pela economia e pode resultar em estímulos aversivos aos trabalhadores, seja pelas próprias características do trabalho ou pela restrição em realizar atividades que são reforçadoras de outras formas. Em contrapartida às consequências aversivas, é apresentado o reforço econômico, ou seja, os bens e dinheiro recebidos pelos trabalhadores (SKINNER, 2003).

Nesta linha de raciocínio e percebendo-se os conflitos ansiosos vividos pelas(os) psicólogas(os) na saída da universidade e consequente inserção no mercado de trabalho, tem-se como objetivo verificar se existe a influência da agência de controle econômica no repertório de ansiedade de psicólogas(os) clínicas(os) recém-formadas(os). Considera-se significativo realizar pesquisas a respeito do fenômeno citado, pois oportunizam a compreensão da ansiedade no próprio contexto da Psicologia, buscando-se estudar a saúde mental das(os) psicólogas(os). Tais aspectos potencializam a promoção da saúde mental e mudanças na sociedade por intermédio do conhecimento científico analítico-comportamental.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza básica, uma vez que buscou produzir novos conhecimentos científicos, sem a necessidade da sua aplicação prática (PRODANOV e FREITAS, 2013). Do ponto de vista de seus objetivos, apresenta caráter descritivo, pois visou-se descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, e estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2008). Com relação aos seus procedimentos técnicos, é definida como uma pesquisa de campo, na qual houve a investigação dos fatos, fenômenos e realidade de forma espontânea e exclusiva (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Ademais, é caracterizada como uma pesquisa qualitativa, considerando-se os aspectos subjetivos cruciais para os seus objetivos (GIL, 2008).

Para realizar a pesquisa aplicou-se uma entrevista semiestruturada (GUAZI, 2021) que continha 13 questões relacionadas aos temas agência de controle econômica e ansiedade. Tal ferramenta foi conduzida na modalidade on-line, via *Google Meet*, sendo gravada e transcrita com a autorização das participantes. As entrevistadas foram selecionadas por meio do método bola de neve (VINUTO, 2014) e tiveram que obrigatoriamente ser graduadas em Psicologia, atuar exclusivamente com a Psicologia Clínica e estar inseridas no mercado de trabalho tendo entre um a três anos de atuação.

A partir dos dados coletados, realizou-se uma interpretação analítico-comportamental acerca da influência da agência de controle econômica no repertório de ansiedade das psicólogas clínicas recém-formadas. Para tal, ocorreu uma análise funcional dos relatos verbais das participantes e foram desenvolvidas categorias temáticas para discutir os resultados. A análise funcional, pontuada por Skinner (2003), refere-se a uma ferramenta que apresenta como unidade de análise o comportamento. Destaca-se que o comportamento, nesta proposta, é compreendido conforme a sua funcionalidade, tendo um valor de sobrevivência ao indivíduo (MATOS, 1999). Logo, na análise funcional, o comportamento do indivíduo é analisado conforme a relação funcional existente entre aspectos do ambiente e do organismo (SKINNER, 2003).

Destaca-se que esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de uma Instituição de Ensino Superior privada, a qual os autores estão vinculados, conforme o número do parecer: 6.673.304.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A entrevista semiestruturada foi realizada com quatro psicólogas recém-formadas, identificadas como P1, P2, P3 e P4, a fim de garantir o sigilo e anonimato das entrevistadas. A escolha desta nomenclatura deu-se pela abreviação da palavra participante, utilizando-se dos números para diferenciá-las. As participantes possuíam tempos de experiência profissional variados, resumindo-se em: P1 (um ano e três meses de atuação); P2 (dois anos de atuação); P3 (um ano e oito meses de atuação); P4 (um ano de atuação). As entrevistas tiveram uma duração média de aproximadamente uma hora a uma hora e trinta minutos.

A análise dos resultados ocorreu a partir dos relatos verbais das psicólogas, nos quais foi possível identificar e organizar categorias temáticas para a discussão do tema e objetivos abordados nesta pesquisa, sendo elas: i) precificar, vender e gerenciar; ii) contingências envolvidas no trabalho da(o) psicóloga(o); iii) surgimento da ansiedade no contexto econômico - o papel da rede de apoio financeira. Serão apresentados trechos das entrevistas na íntegra (em itálico) para exemplificar as discussões realizadas no texto².

3.1 PRECIFICAR, VENDER E GERENCIAR

Os resultados obtidos por meio das entrevistas conduzidas com as psicólogas recém-formadas revelaram dificuldades das profissionais em precificar, vender e gerenciar o seu trabalho. Mediante a análise dos dados, pôde-se sugerir que tais dificuldades estão relacionadas a mais de um nível do modelo de seleção por consequências, seja o nível ontogenético e/ou cultural (SKINNER, 2007). Isso significa que a baixa frequência deste repertório (precificar, vender, gerenciar, etc) pode ter influência da história de vida do indivíduo, na qual ele não foi devidamente reforçado a agir dessa forma, bem como ser uma realidade apresentada pelo grupo ou pela cultura, resultando também no enfraquecimento do repertório em específico.

3.1.1 Lacunas nas graduações de Psicologia

Consoante aos repertórios de precificar, vender e gerenciar o trabalho, as participantes P1, P2 e P4 mencionaram que a graduação de Psicologia, grupo ao qual pertencem, não contribuiu para o desenvolvimento destes repertórios comportamentais. Tais circunstâncias foram observadas no relato fornecido pela psicóloga P1, que diz:

Pra toda categoria é muito difícil. A gente não aprende isso na faculdade. Eu acho que isso é um erro grotesco das grades. A gente não aprende, primeiro, a precificar, a gente não aprende a bancar a nossa precificação, a dar valor para o nosso trabalho [sic].

Considerando as dificuldades citadas pelas participantes, destaca-se um artigo publicado por Bastos e Gomide (1989), o qual exhibe um sumário dos principais resultados da

² Optou-se por não inserir os relatos das participantes por completo, a fim de preservar suas identidades e permitir que se sentissem mais confortáveis para falarem sobre suas experiências.

pesquisa realizada entre 1986 e 1987 pelo CFP (Conselho Federal de Psicologia) sobre a atuação e formação da(o) psicóloga(o) brasileira(o). Os autores afirmam que parte das(os) psicólogas(os) demonstrou insatisfação com os conhecimentos obtidos na graduação. Ademais, apontaram para uma insuficiência de conhecimento adquirido quanto à realidade socioeconômica da atuação da(o) psicóloga(o).

A contribuir, Silva, Veiga e Cortez (2021), em um estudo acerca das motivações, desafios e dificuldades dos psicólogos empreendedores, retratam que as(os) psicólogas(os) demonstraram encontrar obstáculos na administração do seu próprio negócio, na busca pela lucratividade, em lidar com a instabilidade da remuneração no empreendedorismo, na falta de clareza sobre a precificação do seu trabalho e em como conciliar interesses entre os sócios. Outrossim, ressaltam que as(os) psicólogas(os) vincularam essas dificuldades com as lacunas da graduação, que não englobam conteúdos sobre gestão e empreendedorismo em Psicologia. Possivelmente, tais aspectos colaboram para um repertório comportamental de empreendedorismo, administração e gerenciamento reduzido, condizente com os relatos das participantes.

Voltando-se especificamente para o repertório de precificação do trabalho, demonstrado pelas psicólogas, há, do mesmo modo, estudos que indicam uma abordagem reduzida deste assunto durante a graduação. Segundo uma pesquisa realizada por Gross (2008), com psicólogas(os) clínicas(os), as(os) profissionais entrevistadas(os) relataram ter dificuldades em precificar o seu trabalho e em contratar honorários com os seus clientes. As(os) participantes mencionaram que adquiriram conhecimento prático sobre honorários durante a sua experiência clínica privada, isto é, após concluírem as suas graduações. Dessa forma, com base em Gross (2008), pode-se considerar que as dificuldades em estabelecer honorários na prática clínica ocorre em maior frequência com profissionais recém-formadas(os). Tais perspectivas manifestadas pela autora foram também verificadas na fala de P2: *“Foi difícil, assim, eu vender o meu trabalho, mas com o tempo isso foi se tornando mais fácil [...]. Tô lidando melhor. Com a prática, a gente vai aprendendo né? [sic]”*.

Apesar de anos após a divulgação da pesquisa de Gross (2008), em consonância, um estudo desempenhado por Silva (2020), com psicólogas clínicas, demonstrou que ainda há certa negligência por parte das graduações em incorporar formações curriculares que abordem a temática de honorários na atuação profissional. Além disso, dentre as dificuldades encontradas pelas entrevistadas frente a esta realidade, destacou-se a ansiedade, decorrente de

não saber o valor do próprio trabalho e por estarem iniciando a trajetória profissional, acreditando-se que a cobrança do atendimento deveria ser reduzida.

Partindo-se desse contexto, outro ponto a ser evidenciado da fala das entrevistadas, foi a necessidade de realizar cursos ou formações adicionais à graduação. Bastos e Gomide (1989), de forma semelhante, mencionam a necessidade, apresentada pelas(os) psicólogas(os), em realizarem formações complementares após a graduação, buscando aprofundar e potencializar seus conhecimentos teóricos e práticos. A demanda por uma maior exploração da experiência prática é percebida pelas(os) psicólogas(os) especialmente com ênfase na clínica (BASTOS e GOMIDE, 1989). Esses aspectos foram também percebidos nas falas de P1, P2 e P4, sendo comentado por esta última: *“A gente não teve disciplinas voltadas à gestão de consultório. Eu tive que fazer alguns cursos também pra isso. Cursos de formação né, mais curtos e bem específicos [sic]”*.

Diante do exposto, é válido salientar que, segundo Skinner (2003), frequentemente os comportamentos são estabelecidos via técnicas educacionais. A educação determina os comportamentos que serão oportunos para o indivíduo ou para outras pessoas futuramente, de modo que condiciona o indivíduo para possíveis eventos que ainda não aconteceram. Nesse contexto, “a tarefa da educação é construir um repertório de comportamentos que eventualmente terá consequências reforçadoras na vida diária e profissional do graduando” (SKINNER, 1987, p. 28, tradução nossa³).

Apesar de, atualmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecidas por meio da Resolução N° 1, de 11 de outubro de 2023 (MEC, 2023), instituírem princípios e fundamentos para atender às competências profissionais da área, estas não abrangem diretrizes voltadas especificamente para a administração e gerenciamento da prática clínica. Por outro lado, embora, na época de formação das entrevistadas, as DCNs estabelecidas por meio da Resolução N° 5 de 15 de março de 2011 (MEC, 2011) indicassem as competências anteriormente citadas, a escassez de cursos sobre gestão clínica nos ambientes acadêmicos, ainda assim, demonstrou-se evidente, sendo observada tanto no relato das participantes desta pesquisa como nos estudos anteriormente citados.

³ *The task of education is to build a repertoire of behavior that will eventually have reinforcing consequences in the daily and professional life of the graduate.*

3.1.2 Honorários versus a realidade econômica social brasileira

Um panorama de relevância a ser considerado, e de enfoque das participantes desta pesquisa, remete ao valor do honorário estipulado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2023). Considerando uma circunstância anterior ao ano de 2023, segundo a tabela de referência nacional de honorários relativos aos serviços prestados por psicólogas(os), com vigência em 01 de junho de 2022 (CFP, 2022)⁴, os valores sugeridos para uma consulta psicológica eram estabelecidos em R\$199,55, como limite inferior, R\$298,27, como limite médio, e R\$342,11, como limite superior.

Em contraste, segundo a Pesquisa Demográfica e Socioeconômica número 53 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), que analisou as informações referentes ao ano de 2022, 60,1% da população brasileira vivia com até 1 salário mínimo; 31,8%, com 1 a 3 salários mínimos; e 8,1%, com mais de 3 salários mínimos per capita. Assim como existe grande diferença de rendimentos por Grandes Regiões, na análise por Unidades da Federação a diferença se amplia, deixando mais explícita a grande desigualdade econômica no Brasil. Além disso, a pesquisa demonstra que o rendimento médio domiciliar per capita em 2022 foi de R\$1.586,00 (IBGE, 2023).

A contribuir com o raciocínio desta análise, destaca-se que esta mesma pesquisa relata sobre as linhas de pobreza monetária no país, a qual “refere-se unicamente à insuficiência de rendimentos das famílias para provisão de seu bem-estar” (IBGE, 2023, p. 67). No Brasil, em 2022, existia uma proporção de 31,6% de pobres e 5,9% de extrema pobreza. Além do mais, o relatório salienta que houve pouca alteração da linha de extrema pobreza em 2022 com relação à medida anterior.

Em analogia com as informações fornecidas, utilizando-se o limite inferior da tabela de honorários do CFP em 2022, uma sessão equivale a 12,58% da renda per capita média. Transpondo para um cenário hipotético de quatro sessões de psicoterapia mensais, tem-se o custo médio com psicoterapia em R\$798,20, valor que equivale a 50,33% do rendimento médio per capita. Neste cenário, os gastos relacionados com a psicoterapia utilizam metade da renda média de uma pessoa.

⁴ Destaca-se que, nesta conjuntura, foi utilizada a tabela de referência de honorários do CFP (2022) de 2022, pois, até o momento (maio de 2024), não há disponibilidade de estudos do IBGE referentes ao ano de 2023 para embasar a usabilidade da nova tabela sugerida pelo Conselho no mesmo ano.

Diante do exposto, tem-se milhões de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, e uma renda média que não comporta os preços estipulados pela tabela do CFP, realidade esta, que surge nos relatos de P1: *“Como é difícil fixar o valor da sessão no mínimo que o próprio CFP recomenda porque o que o CFP recomenda [...] é 207 reais [...]. E, dada a conjuntura atual, é muito difícil bancar isso, né? [sic]”*. E P2: *“Se a gente pensar nessa questão da tabela [...] do CFP, a gente precisa cobrar muito mais, só que não é a realidade das pessoas, né? [sic]”*.

Segundo a última tabela de referência de honorários (CFP, 2023), os valores sugeridos para uma consulta psicológica são estabelecidos em R\$207,02, como limite inferior, R\$309,44, como limite médio, e R\$354,92, como limite superior. Percebe-se que, embora tenha ocorrido a alteração nos valores em comparação com a tabela de 2022, há uma pequena variação e discrepância entre eles, o que propõe que a realidade socioeconômica dos(as) brasileiros(as), ainda assim, não condiz com a capacidade de pagar no mínimo quatro sessões de psicoterapia, visto que isso representaria uma parte considerável de seus salários.

Dessa forma, levando-se em conta o cenário atual, além de possuírem dificuldades em estabelecer o preço do honorário e manejá-lo com seus clientes, as psicólogas entrevistadas ainda apresentam obstáculos frente à contradição apresentada pelo valor de honorários do CFP (2023) versus a realidade socioeconômica dos seus clientes.

3.1.3 Estigmas referentes à Psicologia

Além das questões previamente discutidas, foi também verificado nas falas das entrevistadas a vinculação da Psicologia a uma noção assistencialista, influenciando, de certa forma, nos comportamentos de precificar e vender o trabalho. Isso foi mostrado nos seguintes trechos das entrevistas de P1: *“A gente acha que a gente tem que ficar fazendo caridade o tempo todo porque tem essa peixa, né, de que se você é psicólogo, você é bonzinho [sic]”*. E P4: *“[...] Tem muito aquela visão ainda relacionada à Psicologia enquanto assistencialista, né? [sic]”*.

Semelhantemente ao exposto pelas participantes, Praça e Novaes (2004) expõem os resultados de uma pesquisa realizada no ano de 1999 com acadêmicas(os) do último ano da graduação de cursos da área da saúde sobre as representações sociais da Psicologia e do trabalho da(o) psicóloga(o). As autoras retratam que a Psicologia foi representada pelas(os) participantes como exercendo uma função assistencialista. Esta percepção estaria relacionada

com a ideia de que a Psicologia oferece ajuda incondicional às pessoas, conforme manifestado pelas(os) estudantes: “a Psicologia ajuda nos problemas, resolve e compreende os problemas, cuida das pessoas, ajuda no autoconhecimento, ajuda a lidar com a vida, ajuda em uma nova visão de mundo” (PRAÇA e NOVAES, 2004, p. 35).

Corroborando com esta temática, Silva (2020), em sua pesquisa, constatou que as entrevistadas ressaltaram alguns estereótipos relativos ao profissional da Psicologia, como ter o seu trabalho desvalorizado por englobar somente uma conversa, que pode ser substituída por um diálogo com colegas ou por meio da execução de outras atividades, como ir ao shopping, por exemplo. Por fim, o autor menciona que “o contexto socioeconômico do país foi destacado como um aspecto que não favorece o ato de cobrar pelo serviço de Psicologia” (SILVA, 2020, p. 82).

Gross (2008) também aponta que existe uma dificuldade em compreender a Psicologia enquanto prestação de serviços, incluindo o pagamento de honorários como uma questão intrínseca da consulta psicológica. Esta dificuldade foi constatada, visto os obstáculos enfrentados pelas(os) psicólogas(os) entrevistadas(os), principalmente no início da sua carreira, em abordar o tema de honorários nas sessões de psicoterapia ou em estabelecer contratos sobre o tema com seus clientes, influenciando até mesmo no processo psicoterapêutico. Vinculado a isso, manifestou-se, neste estudo, a concepção de uma Psicologia que deve fazer o bem e, por conta disso, não deve cobrar pelo seu trabalho. Nesse sentido, Gross (2008) argumenta que o trabalho de ajuda psicológica deve ser desvinculado do estigma perpetuado pelas graduações de Psicologia, que, por vezes, não tratam esta prática como uma prestação de serviços. Afinal, segundo a autora, este é um trabalho que é realizado e que também deve ser remunerado.

Considerando uma perspectiva analítico-comportamental, é importante salientar que, conforme Skinner (2003), as práticas culturais possuem grande força de controle sobre o indivíduo, além de estabelecer um sistema social. Nesse contexto, acabam por controlar o comportamento do indivíduo, assim como o seu próprio comportamento influencia e desempenha controle sobre o grupo do qual faz parte. Frente a isso, percebe-se nos relatos das participantes e nos estudos aplicados a relação existente entre esse controle concernente aos estigmas culturais relacionados à Psicologia e os comportamentos das(os) profissionais da área em vender e precificar seu trabalho.

3.2 CONTINGÊNCIAS ENVOLVIDAS NO TRABALHO DA(O) PSICÓLOGA(O)

Com base nos dados coletados, foi possível analisar algumas contingências envolvidas no trabalho das psicólogas. As participantes expressaram, primeiramente, a necessidade de flexibilizar a precificação do seu trabalho frente a diferentes contextos sociais e econômicos apresentados pelas(os) clientes, envolvendo, nesses casos, comportamentos com função de esquiva perante a ameaça de punição. Além disso, citaram sentir-se cansadas devido ao controle econômico do trabalho, o que pode levar a uma análise dos esquemas de reforçamento envolvidos no trabalho das entrevistadas. Entretanto, percebeu-se outros fatores reforçadores para o trabalho das participantes além da remuneração financeira, o que também pôde ser discutido em termos de contingências de reforço.

3.2.1 Flexibilização da precificação

Moreira e Medeiros (2007) manifestaram que certas consequências do comportamento o tornam menos provável de acontecer, consequências, essas, denominadas de punição (positiva e negativa). Na punição positiva, há a adição de um estímulo aversivo ou não desejado ao ambiente. Por outro lado, na punição negativa, existe a subtração de um estímulo reforçador ao indivíduo. De modo equivalente, ambas as consequências tendem a diminuir a probabilidade de o comportamento ocorrer. Nesse contexto, podem surgir também comportamentos de esquiva, os quais teriam como função evitar a punição e, na medida em que a evitam, voltam a ocorrer.

Em consonância com este raciocínio, segundo Sidman (2009, p. 96), “se um elemento situacional sinaliza a disponibilidade de um reforçador, é provável que realizemos o ato; se ele sinaliza punição, é provável que façamos alguma outra coisa”. Isto posto, por conta da realidade financeira social e a incapacidade financeira das(os) clientes diante do preço dos honorários da psicoterapia, as participantes desta pesquisa relataram comportamentos de flexibilização do preço dos honorários.

Consoante ao exposto por Sidman (2009), sobre a sinalização de estímulos punidores, destaca-se que, diante da sinalização da(o) cliente de não poder arcar com o valor da sessão (ameaça de punição), as profissionais tendem a apresentar comportamentos como: flexibilização do preço, encaminhamento para outros profissionais e/ou para a rede pública. Dessa forma, os comportamentos das terapeutas acabam sendo mantidos por reforçamento

negativo, já que são emitidos com a função de evitar ou fugir da punição ou ameaça de punição, nesse caso, da possível desistência das(os) pacientes.

A questão da flexibilização do preço dos honorários aparece nos relatos de P1, P2, P3 e P4. A participante P1 afirma: *“Dependendo da renda da pessoa, da reação da pessoa, eu falo, olha, esse é meu preço de referência, mas nada impede que a gente possa negociar se for necessário [sic]”*. Em contrapartida, P2 e P4 relataram encaminhar as(os) clientes para outras(os) psicólogas(os) ou serviços psicológicos, como o SUS, como o exemplo do relato de P3: *“Eu compreendo o lado da pessoa, mas talvez apresentaria outros recursos, né, que a gente conhece aqui na cidade via SUS ou de outros profissionais, indicaria também [sic]”*.

Gross (2008) traz dados semelhantes sobre a flexibilização da precificação do trabalho. A autora explica que a maioria das(os) participantes entendiam que a discussão do valor a ser pago pela(o) cliente deveria ocorrer nos primeiros encontros, após conhecer sobre a realidade financeira da(o) paciente. Tanto os relatos das participantes, quanto os resultados de Gross (2008) sugerem que, na prática, existe uma maior atenção à realidade da(o) cliente e certo detrimento das necessidades das(os) psicoterapeutas.

Este repertório comportamental de flexibilização é coerente com o repertório reforçado pelo Conselho Federal de Psicologia (2005) no Código de Ética e Conduta do Psicólogo(a), que em seu art. 4º salienta que, ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, a(o) psicóloga(o) deve levar em conta a justa retribuição aos serviços e as condições do usuário ou beneficiário. Tal orientação à categoria das(os) profissionais de Psicologia ilustra o controle grupal salientado por Skinner (2003). Frente a isso, os elementos apresentados, incluindo a ameaça de punição e o controle ético grupal da Psicologia, foram passíveis de observação na flexibilização do valor da psicoterapia.

3.2.2 Cansaço e controle econômico

Skinner (1987, 2003) explica que o dinheiro é um reforçador condicionado generalizado, caracterizado por poder ser emparelhado com mais de um reforçador primário, como, por exemplo, água, comida e contato sexual. O autor expõe que o dinheiro, especificamente, é um reforçador generalizado que se distingue por suas características físicas e por ser um símbolo. Salienta que é reforçador generalizado por excelência, porque pode não comprar todas as coisas, mas pode ser trocado por reforçadores primários dos mais variados. Sob esta linha de pensamento, dentro da agência de controle econômica, existem vários

esquemas de remuneração, sendo eles: razão fixa, razão variável, intervalo fixo, intervalo variável, esquemas combinados e esquemas variáveis (SKINNER, 2003; MOREIRA e MEDEIROS, 2007).

Sobre o esquema por razão fixa, este é interpretado da seguinte forma: “quando se paga em termos de número de unidades de trabalho completadas, o esquema é essencialmente o de razão fixa” (SKINNER, 2003, p. 419). Um exemplo desse esquema de reforçamento refere-se ao vendedor que recebe por comissão. Desse modo, no esquema por razão fixa, o indivíduo emite um determinado número fixo de respostas para que o seu comportamento seja reforçado (MOREIRA e MEDEIROS, 2007). Sobre o esquema de razão variável, Moreira e Medeiros (2007) explicam que este é muito mais comum no cotidiano. Nele, o número de respostas entre cada reforçador varia. Por exemplo, o cabeleireiro recebe um valor fixo pelos cortes de cabelo que efetua, no entanto, o número de tesouradas que ele executa varia entre um corte e outro.

A respeito do intervalo fixo, este também é um esquema muito comum, sendo percebido em exemplos como os pagamentos por dia, semana, mês ou ano. Neste esquema, existe um intervalo fixo ou período igual entre o último reforçador e a disponibilidade do próximo. Por outro lado, no intervalo variável, ocorre uma diferença nos intervalos entre o último reforçador e o próximo reforço, não havendo um padrão temporal. Exemplos deste esquema são observados em situações em que o tempo varia de reforço para reforço: ao procurar uma música no rádio, o indivíduo troca de estação em intervalos até que encontre uma música que lhe seja reforçadora (SKINNER, 2003; MOREIRA e MEDEIROS, 2007).

Skinner (2003) também ressalta sobre os esquemas combinados e esquema variável. O autor relata que os esquemas combinados englobam o esquema de intervalo fixo e razão fixa. Já o esquema variável combina o esquema de razão variável e de intervalo variável, sendo bastante eficiente. No entanto, Skinner (2003) explica que é um esquema de difícil adaptação dentro da realidade de pagamento de salários.

Diante do exposto, destaca-se que, nesta pesquisa, não foi possível identificar um esquema de reforçamento específico dentro do contexto clínico. Todavia, pensando-se no cansaço apresentado pelas participantes, poderia-se vincular o relato das psicólogas a partir de um viés de razão fixa. Isso seria explicado, pois Skinner (2003) descreve que a razão fixa é um esquema de reforço muito eficiente, visto que, se a razão não for excessivamente alta, ou seja, se o total de trabalho e esforço requerido por unidade não for alto, e se cada reforço tiver uma quantia significativa, o indivíduo tenderá a trabalhar numa frequência relativamente alta.

Essa eficiência pode ser tão extrema que leva não apenas a altos níveis de produtividade, mas também a longos períodos de trabalho, ambos podendo trazer prejuízos para o indivíduo. Isto parece ter coerência com alguns dos relatos:

P2: *Eu gosto muito do meu trabalho, só que é extremamente cansativo [...]. No começo, quando eu atendia lá 6 pessoas e tal, era super tranquilo. Agora, que eu tenho quase 30 pacientes, é muita gente [...]. Se eu quiser ganhar mais dinheiro, eu preciso atender mais pessoas e, isso, [...] para o mental, pesa muito, ainda mais pra mim que tô no início da carreira ainda [sic].*

P3: *Olha, hoje, eu me sinto muito cansada e esgotada de verdade [...] Porque, assim, se eu não vou trabalhar, eu não estou ganhando e eu dependo desse ganhar pra manter a minha vida fora da clínica [sic].*

Dessa forma, é possível que o esquemas de reforçamento envolvidos no trabalho das entrevistadas influenciem no cansaço relatado.

3.2.3 Reforçadores Extra Econômicos do Trabalho

Skinner (2003) salienta que o trabalho pode ser reforçador para além dos fatores econômicos. Partindo-se disso, esses reforçadores, que vão além das questões econômicas, foram percebidos nas falas participantes P1 e P2, que relataram que gostam do trabalho que realizam na clínica. Conforme P1: “*Amo a clínica de verdade. Eu adoro atender*”.

Esses reforçadores, chamados de extra econômicos, podem ter um efeito substancial na manutenção do nível de trabalho. Quando P2 diz “*Eu gosto muito do meu trabalho*”, leva-se em conta Skinner (2003), que explica que o “gostar”, destacado no trecho mencionado, se refere a uma tendência de que o ato de ir trabalhar é reforçador por si só, e não apenas por um possível esquema de remuneração e/ou demais reforçadores econômicos. Em conformidade com o exposto por Baum (2019), nenhum reforçador funciona como reforçador o tempo todo. Se um indivíduo comer três generosas fatias de torta de maçã e o anfitrião oferecer mais fatias a ele, possivelmente ele irá recusar. Isso é denominado pelo autor de saturação, o que fica claro no trecho de P2:

Eu gosto muito do meu trabalho, só que é extremamente cansativo [...]. No começo, quando eu atendia lá 6 pessoas, era super tranquilo. Agora, que eu tenho quase 30 pacientes, é muita gente, [...] é muito cansativo [sic].

Além disso, Skinner (1987) relata que a alienação do trabalho no ocidente é inevitável devido à busca pelo lucro e da especialização do trabalho. O autor explica que certas práticas culturais ocidentais destruíram muitas das contingências naturais de reforçamento do próprio trabalho. Diante deste exemplo, até um trabalho que é reforçador, se executado em uma frequência muito alta, pode deixar de ter o respectivo efeito reforçador.

3.3 SURGIMENTO DA ANSIEDADE NO CONTEXTO ECONÔMICO - O PAPEL DA REDE DE APOIO FINANCEIRA

Durante as entrevistas, identificou-se que há uma maior frequência de ansiedade relacionada ao controle econômico principalmente no relato da psicóloga P3, que mencionou a presença de uma rede de apoio financeira, mas indicou que o seu salário representa a maior fonte de renda do seu ambiente familiar. Em contrapartida, as demais participantes (P1, P2 e P4) relataram um menor nível de ansiedade com relação às questões financeiras, visto contarem com uma rede de apoio financeira que representa a principal fonte de suporte econômico frente à realidade da prática clínica.

De acordo com Baum (2019), o grupo tende a possuir uma maior probabilidade de acessar reforçadores e obter maior sobrevivência. Nesse sentido, uma rede de apoio estruturada pode ser vantajosa e propiciar proteção. Referindo-se aos dados coletados por meio desta pesquisa, observou-se que as psicólogas entrevistadas, quando questionadas sobre o contexto da dependência financeira, exclusivamente por meio da prática clínica, também mencionaram apresentar rede de apoio, entretanto, especificamente de natureza financeira:

P1: Se eu não estiver trabalhando, eu não vou morrer de fome porque eu tenho uma família muito bem de vida e que sempre me suportou na forma mais importante nesse momento, que é a econômica mesmo, né?[sic].

P2: Eu tenho ajuda da minha mãe, né?[...]. Eu acredito que se eu não tivesse, eu não estaria aqui hoje [...] porque eu pude guardar esse dinheiro pra poder investir depois [sic].

P4: Bom, eu sou casada, né? [...]. Então, hoje, por exemplo, se eu quisesse não atender, também seria uma opção [sic].

As redes de apoio relatadas pelas participantes P1, P2 e P4 englobam suas famílias (pais, esposo, etc), que oferecem meios para que elas tenham um suporte financeiro frente à dependência econômica unicamente da prática clínica. Nesse sentido, a privação dos

reforçadores condicionados (dinheiro) e reforçadores primários (como água, alimento, entre outros), aparenta não ser uma preocupação para as participantes, pois, por meio das suas redes de apoio, elas possuem acesso a tais reforçadores.

Para Skinner (2003), a privação é uma operação que reduz a disponibilidade de um reforçador no ambiente, aumentando a probabilidade de ocorrência de comportamentos que produzam este estímulo. Assim, a privação de um alimento, por exemplo, estabelece o valor do reforçador comida, resultando na emissão de respostas que envolvem a busca pelo alimento. Skinner (2003) afirma que a privação altera a probabilidade de o comportamento acontecer, distanciando-se de explicações causais mentalistas e ambientalistas sobre o comportamento.

No caso do reforço condicionado generalizado dinheiro, Moreira e Medeiros (2007) afirmam que não é preciso uma privação específica deste reforço para que ele tenha seu efeito. Em outras palavras, o indivíduo não precisa estar privado de alimento, por exemplo, para que o dinheiro seja reforçador. Isto porque o dinheiro reforça uma ampla classe de respostas, independentemente de privações específicas.

Com base no exposto, os comportamentos das psicólogas P1, P2 e P4 não aparentam estar sob o controle de privação, visto possuírem rede de apoio financeira diante da atuação clínica. Dessa forma, mesmo que haja a possível redução da remuneração do trabalho (reforçador condicionado), as entrevistadas possivelmente não estarão em privação, visto que poderão ter acesso a bens, serviços e reforçadores primários por intermédio da sua rede de apoio financeira. Logo, por conta de não haver uma intensa ameaça de privação ou ameaça de punição, as entrevistadas tendem a não apresentar elevado repertório de ansiedade frente ao controle econômico.

Por outro lado, a participante P3 mencionou a presença de uma rede de apoio financeira, mas indicou que o seu salário representa a maior fonte de renda do seu ambiente familiar, podendo ser evidenciado em sua fala:

Aqui em casa é eu e meu esposo [...]. A minha renda [...] é maior, então, permite, talvez, a gente pagar todas as despesas e acaba permitindo com que tudo que ele ganha, a gente consiga investir. Tem essa rede de apoio, mas como a gente pensa em algo pro futuro, se torna a maior responsável [sic].

Diante do contexto demonstrado por P3, é possível compreender que, apesar de ela possuir uma rede de apoio financeira (seu esposo), o valor do reforçador dinheiro, para ela,

aparenta ser maior quando comparado com os relatos das demais participantes: *“Conforme você vai ganhando, você consegue proporcionar outras coisas também [...]. Hoje, a gente consegue ter um padrão de vida bem melhor [sic]”*.

Este cenário pode ser compreendido, pois, atualmente, além de representar a maior fonte de renda do seu ambiente familiar, P3 precisa contribuir financeiramente para o sustento familiar. Com a presença da sua renda na constituição financeira familiar, é evidente que ela e sua rede de apoio conseguem ter acesso a um maior número de reforçadores, trocados pelo dinheiro. Logo, se P3 recebe mais, ela e sua rede de apoio podem ter acesso a mais reforçadores. Ao contrário, se ela receber menos, o acesso a esses reforçadores seriam limitados, havendo uma ameaça de privação e ameaça de punição mais intensa, podendo ser observado no seguinte relato da participante: *“Depender financeiramente disso traz [...] uma autocobrança bem grande, né? Porque, assim, se eu não vou trabalhar, eu não estou ganhando e eu dependo desse ganhar para manter a minha vida fora da clínica [sic]”*.

Nesse sentido, apesar de P3 trabalhar por uma contingência de reforço positivo, já que o dinheiro pode proporcionar outros reforçadores primários, ela também trabalha possivelmente por uma contingência de reforço negativo, visto que, se ela não o fizer, a sua rede de apoio poderia se endividar. Hipoteticamente, o valor do reforçador dinheiro, para P3, pode ser mais significativo devido a uma possível história de privação anterior.

Para Moreira e Medeiros (2007), o valor do reforçador depende da privação do indivíduo quanto a este reforçador em específico. Isso significa que, quanto maior a privação, maior será o valor reforçador do dinheiro. Por conta disso, P3 demonstra uma maior preocupação com os estímulos aversivos voltados para uma provável limitação de reforçadores, evidenciando uma ansiedade mais elevada frente a um contexto de ameaça de privação ou de punição econômica. À vista desta questão, para P3, é mais ansiogênico depender exclusivamente da clínica:

É um agente ansiogênico, assim, depender exclusivamente disso. Porque parece que se torna, como se fosse um ciclo, sabe? Então, você realiza o seu atendimento pra receber por ele e, aí, você tem todas suas despesas, que seja clínica ou pessoal. Então, se você realizar mais atendimento, você terá um ganho maior [sic].

Na visão das participantes, a ansiedade é definida como uma emoção que remete ao medo e ao comportamento de controle, indicando, além disso, que algo aversivo poderá

acontecer. Conforme P2: “*Ansiedade é um desconforto, né? Aquela incerteza sobre o que vai acontecer [...] essa noção de falta de controle, né?[sic]*”.

Em um cerne analítico-comportamental, a ansiedade é interpretada como comportamento fluxo e mutável, e não como um estado, efeito ou uma patologia interna e pré-determinada (SKINNER, 2003). Desse modo, partindo-se do pressuposto de que a ansiedade não é a causa ou a origem direta dos efeitos que ela produz, sua compreensão fundamenta-se no viés da relação vigente entre as variáveis dos níveis filogenético, ontogenético e cultural (BACKSCHAT e LAURENTI, 2020).

Em termos da filogênese, a ansiedade é visualizada enquanto condições fisiológicas que surgem como subprodutos de determinadas contingências aversivas. Já consoante ao nível ontogenético, ela é percebida como uma resposta reflexa condicionada ou como uma resposta operante, verbal ou não verbal. Referente à cultura, a ansiedade é resultante do controle exercido pelos ambientes sociais e suas respectivas práticas culturais, que revelam-se como aversivas (BACKSCHAT e LAURENTI, 2020).

Pensando-se no conceito da ansiedade enquanto manifestação clínica (aversiva), Skinner (2003) descreve este fenômeno como uma resposta emocional resultante de uma contingência na qual “um estímulo precede caracteristicamente um estímulo aversivo com um intervalo de tempo suficientemente grande para permitir a observação de mudanças comportamentais” (SKINNER, 2003, p. 196). Com base nisso, a ansiedade consiste em um conjunto de alterações comportamentais decorrentes da apresentação de determinados contextos antecedentes a um estímulo aversivo. Dessa forma, trata-se de um fenômeno que com frequência é acompanhado dos comportamentos de fuga ou esquiva diante das situações aversivas.

Diante do exposto, as psicólogas demonstraram sentir-se ansiosas em diversos contextos envolvendo a prática clínica, como a ansiedade manifestada frente ao atendimento de casos complexos, por exemplo. Apesar de possuírem rede de apoio financeira, P1, P2 e P4 também demonstraram que a ansiedade é uma emoção manifestada em relação a um viés econômico, estando atrelada a estímulos pré-aversivos relacionados à independência financeira, quantidade reduzida de clientes, comparação com colegas recém-formados e o limitado rendimento financeiro da clínica. Entretanto, essas preocupações não estão atreladas a uma ameaça de privação ou punição referente a reforçadores primários. Nessa conjuntura, elas sentem-se mais tranquilas com relação ao trabalho que realizam e consideram, no momento, manifestar ansiedade diante de um viés mais pessoal e não econômico.

Por outro lado, em hipótese, a participante P3 aparenta demonstrar um maior nível de ansiedade devido a, possivelmente, apresentar um histórico de ameaça de privação ou punição do dinheiro e de reforçadores primários. À vista disso, pelo fato de o dinheiro estar vinculado a uma ampla classe de reforçadores, diversos estímulos pré-aversivos que remetem a uma provável privação ou punição poderão estar vinculados às suas respostas ansiosas. Tais aspectos estariam associados ao fato de P3 apresentar a principal renda financeira do seu ambiente familiar, podendo temer a perda de reforçadores que garantem o acesso à qualidade de vida que ela e sua rede de apoio possuem atualmente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo verificar se a agência de controle econômica influencia no repertório de ansiedade de psicólogas(os) recém-formadas(os). Apesar do foco na ansiedade, por meio da análise dos resultados, foi possível discutir diversos outros fatores envolvidos no âmbito econômico do contexto clínico. Nas categorias deste artigo, foi possível observar que as psicólogas recém-formadas enfrentam dificuldades em precificar, vender e gerenciar o trabalho no contexto da prática clínica. Apesar dessas dificuldades estarem relacionadas a uma história de reforçamento ontogenética, também aparentam estar atreladas a diversos aspectos culturais. Dessa forma, entende-se que as(os) psicólogas(os) possam vivenciar os reflexos das práticas culturais, que, supostamente, não reforçam devidamente os comportamentos de administrar e gerenciar a atuação clínica, resultando no enfraquecimento desses repertórios (SKINNER, 2003). Além disso, esse fator evidenciou uma lacuna nas graduações em Psicologia, as quais muitas vezes falham em ensinar suas(seus) alunas(os) a gerenciar financeiramente a prática clínica (SILVA, VEIGA e CORTEZ, 2021).

Também foram evidenciadas algumas contingências envolvidas no trabalho dos(as) psicólogos(as). Os relatos sobre a necessidade de flexibilização dos valores dos honorários e o cansaço advindo da atuação clínica indicaram que o controle econômico abrange, em sua maior parte, contingências de reforçamento negativo às(aos) trabalhadoras(es). Contudo, notou-se que a economia apresenta contingências variadas, manifestando a existência de reforçadores positivos, negativos e extra econômicos (SKINNER, 2003).

No que se refere à relação entre o repertório de ansiedade e a agência de controle econômica, foco desta pesquisa, foi constatado que a ansiedade é menos presente quando há uma rede de apoio financeira como a principal fonte de renda familiar e que possibilita que as

ameaças de privação e/ou de punição financeira sejam evitadas. Em contrapartida, percebeu-se uma maior presença de ansiedade quando, mesmo com a presença de uma rede de apoio financeira, a remuneração da(o) profissional é fundamental para a subsistência familiar.

Como limitações desta pesquisa, destaca-se a escassez de materiais publicados sobre os principais assuntos abordados e o número reduzido de entrevistadas. Frente ao exposto, o presente artigo não esgota a produção de futuros estudos sobre as temáticas apresentadas, podendo outros artigos entrevistar mais psicólogas(os) e possivelmente utilizar outras metodologias. Espera-se que os resultados obtidos contribuam para a continuidade da discussão sobre a ansiedade e a agência de controle econômica, de modo a favorecer a formação dos psicólogos e sua atuação na prática clínica, bem como propiciar a expansão dos estudos analíticos-comportamentais sobre a ansiedade a nível cultural. Ademais, destaca-se a possibilidade de rever as lacunas relacionadas ao repertório de manejo financeiro no contexto clínico, sendo possível que as universidades se dediquem de forma mais sistemática ao ensino desses comportamentos.

REFERÊNCIAS

BACKSCHAT, L. P. V.; LAURENTI, C. Um panorama da discussão sobre ansiedade nos periódicos nacionais de Análise do Comportamento. **Revista Uningá Review**. Maringá, v. 35, p. 01-18, jan. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/USER/Downloads/27isaac_romani83,+Editor+da+revista,+3ª+seção+3411_um+panorama%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/27isaac_romani83,+Editor+da+revista,+3ª+seção+3411_um+panorama%20(1).pdf). Acesso em: 07 set. 2023.

BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicologia, Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 06-15, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/JsXqqgMF8DYcdHsGv85dTJ/?lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

COÊLHO, N. L.; TOURINHO, E. Z. O conceito de ansiedade na análise do comportamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. [S.l.], v. 21, n. 2, p. 171-178, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/MrqdGPVCrQG7SQzZXDCWbCg/?lang=pt>. Acesso em: 05 set. 2023.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução 010/05, de 21 de julho de 2005**. Institui o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023.

_____. **Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$)**. Conselho Federal de Psicologia. Federação Nacional dos Psicólogos. [S.l.], 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/09/tabela_dieese_fenapsi_cfp_honorarios_2023.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

_____. **Tabela de Referência Nacional de Honorários dos Psicólogos em Reais (R\$)**. Conselho Federal de Psicologia. Federação Nacional dos Psicólogos. [S.l.], 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/09/tabela_dieese_fenapsi_cfp_honorarios_2023.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSS, C. M. **A percepção dos honorários na prática clínica por psicoterapeutas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2877>. Acesso em: 09 mai. 2024.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**. [S.l.], v. 2, p. 01-20, 2021. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/view/e202114/pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2024.

MATOS, M. A. Análise funcional do comportamento. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 16, n. 3, p. 08-18, set./dez. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/wHqz3qV6gSPKfdL4f8CGRYg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5, de 15 de março de 2011**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Diário Oficial da União, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 mai. 2024.

_____. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento. **Resolução nº 11, de 16 de agosto de 2023**. Dispõe sobre as normas de conduta no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Brasília: Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/legislacao-pnld/resolucao-n-11-16-8-2023-normas-e-condutas.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2024.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. de. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento**. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

PIMENTEL, R. G. **“E agora, José?”**: Jovens psicólogos recém-graduados no processo de inserção no mercado de trabalho na região da grande Florianópolis. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90538/243908.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

PRAÇA, K. B. D; NOVAES, H. G. V. A representação social do trabalho do psicólogo. **Psicologia, Ciência e profissão**. [S.l.] v. 24, n. 2, p. 32-47, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/x6bqKDxJybJY8FBJRbrGPRN/#>. Acesso em 08 mai. 2024.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. [S.l.]: Livro Pleno, 2009.

SILVA, D. de S.; VEIGA, H. M. da S.; CORTEZ, P. A. Motivações, desafios e dificuldades vivenciados por psicólogos empreendedores: estudo qualitativo. **Psicologia, Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 41, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/td4xt3zDNx88V7prwXYR7Bm/#>. Acesso em: 07 mai. 2024.

SILVA, D. S. N. Psicoterapia: quanto custa a sessão? **Psicologia Revista**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 61-82, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/42113/33343>. Acesso em: 09 mai. 2024.

SIMÕES, B. M. N. **Ansiedade, satisfação e bem-estar em finalistas e profissionais de psicologia em início de carreira**. 2013. Tese (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Ciências de Educação da Universidade dos Açores, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2013. Disponível em: repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3099/1/DissertMestradoBrunoMiguelNevesSimoes2014.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

SKINNER, B. F. What is Wrong with Daily Life in the Western World? In: SKINNER, B. F. **Upon Further Reflection**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, p. 15-31, 1987. Disponível em: <https://archive.org/details/bf-skinner-uponfurtherreflection/mode/2up>. Acesso em: 09 mai. 2024.

_____. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 129-137, jun. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452007000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2023.

SOUZA, F. H. S. **Uma análise conceitual das agências controladoras e sua relação com a sobrevivência das culturas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/pos/pgac/wp-content/uploads/2018/12/Uma-an%C3%A1lise-conceitual-da-s-ag%C3%A4ncias-controladoras-e-sua-rela%C3%A7%C3%A3o-com-a-sobreviv%C3%Aancia-das-culturas.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 13 out. 2023.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World health statistics 2017: monitoring health for the SDGs, Sustainable Development Goals**. Villars-sous-Yens, 2017. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/255336/9789241565486-eng.pdf?sequence=>. Acesso em: 14 set. 2023.

_____. **World mental health report: transforming mental health for all**. Geneva, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em: 07 set. 2023.